



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**14/07/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	3
2.2. PRESIDÊNCIA.....	4 - 5

# Fiscalização do trânsito de São Luís será intensificada

SMTT disciplinará o tráfego no entorno das escolas das redes estadual e particular, que retomam atividades hoje, para garantir a tranquilidade. **Cidades 5**

# Fiscalização no trânsito será intensificada na volta às aulas

Com o fim das férias escolares, que este ano seguiram o calendário da Copa do Mundo, fluxo de veículos é intenso em ruas e avenidas do entorno de unidades de ensino das redes estadual e privada da capital; SMTT garante que orientará o tráfego

**P**ara garantir a tranquilidade no trânsito no retorno do segundo semestre das aulas nas escolas das redes estadual e privada, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) vai intensificar a fiscalização no trânsito de São Luís a partir de hoje. Com o fim das férias, o fluxo do trânsito voltará a ficar intenso em ruas e avenidas do entorno das unidades de ensino da cidade.

Como é de costume, o trânsito fica engarrafado em alguns pontos da cidade nos horários da chegada e da saída de estudantes. O problema é mais comum próximo a escolas particulares em que alguns pais costumam estacionar o carro em fila dupla para que os filhos possam embarcar ou desembarcar. Isso é o que ocorre principalmente na Rua do Egito, em frente à Escola Santa Teresa. No local, alguns condutores fazem retornos em locais proibidos, param sobre a faixa de pedestres localizada em frente à escola e não respeitam a travessia dos pedestres.

Este ano, as férias escolares seguiram o calendário da Copa do Mundo, que teve a partida de encerramento realizada ontem. As aulas voltam na maioria das escolas particulares da capital e

## Mais

**O Ministério Público do Maranhão (MP-MA)** recomendou aos professores da rede municipal de ensino de São Luís que retornem às salas de aulas no dia 21, quando se encerra o período das férias escolares. Como o TJ-MA decretou a ilegalidade da greve dos professores e determinou o imediato retorno dos docentes para as salas de aula, o Município está autorizado a fazer descontos nos vencimentos dos servidores referentes aos dias de descumprimento da decisão e ainda aplicar outras penalidades.

também na rede estadual, como previsto no calendário letivo de referência da Secretaria de Estado de Educação. Cerca de 380 mil alunos voltaram às salas de aula em mais de 1.100 escolas.

Nas escolas da rede municipal de ensino, ainda não há previsão para o retorno das aulas. Os professores estão em greve há mais de 50 dias reivindicando reajuste salarial e melhores condições de trabalho. A categoria pede 20% de reajuste e a Prefeitura ofereceu uma contraproposta de aumento de 9%, que não foi aceita pelos profes-



**Engarrafamentos** devem aumentar hoje por causa do reinício do segundo semestre letivo nas redes estadual e privada de São Luís



## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

### Transgressão às leis

O brasileiro, pela falta de educação, ainda não incorporou por completo o conceito de civilização e o problema da transgressão às leis, por razões históricas, se agrava cada vez mais no país, conforme mostra o Índice de Percepção do Cumprimento das Leis, produzido pela Fundação Getúlio Vargas.

Essa realidade se deve à complicada trajetória do país, marcada pela tutela, controle, analfabetismo e pobreza, onde a maioria da sociedade não foi chamada a participar da elaboração das leis e da construção das instituições nacionais.

A relação de estranheza entre a sociedade, o Estado e as instituições vem construindo, ao longo dos anos, uma cultura transgressora, incapaz de pactuar caminhos, fazendo com que os interesses individuais ou de grupos se sobreponham ao do conjunto da sociedade, sendo a transgressão às leis um reflexo dessa herança maldita.

É importante ressaltar que desrespeitar as leis e as regras de convivência social no país não é e nunca foi exclusividade dos pobres. Todas as classes sociais fazem isso e há muito tempo.

Até 1808, ano da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, o Brasil era uma Colônia atrasada, ignorante e proibida, em que 98% dos habitantes eram analfabetos.

Não havia ensino superior e imprensa. A circulação de livros era censurada e o direito de reunião para discutir ideias era proibido. De cada três brasileiros, um era escravo. O comércio era feito à base de escambo. Havia poucas moedas em circulação.

A herança de exclusão se perpetuou depois da Independência. A nossa primeira Constituição (1824) foi outorgada, ou seja, imposta de cima para baixo. Durante o período monárquico, um pequeno ilustrado tentava conduzir os destinos de todo o resto constituído por uma enorme massa de analfabetos e destituídos.

Na República, o fenômeno se repete em inúmeros golpes, quarteladas e ditaduras, em que novamente alguns grupos mais privilegiados tentam tutelar todos os demais.

É por isso que ainda não conseguimos incorporar por completo em nossa sociedade o conceito de civilização, que se caracteriza pelo respeito nas relações pessoais e pela predominância dos interesses coletivos sobre os individuais.

A nossa história recente de democracia e participação mostra isso claramente com a atuação de nossas casas legislativas, que fazem leis sem que as pessoas nelas se reconheçam ou participem efetivamente da sua construção.

Não adianta elaborar legislações inaplicáveis à realidade nacional ou aprovar leis de elevado custo de aplicação sem providenciar, na mesma lei, os meios para executá-la.

A falta de critérios faz com que tenhamos milhares de leis mal redigidas, dúbias, contraditórias e juridicamente impróprias. Só no âmbito federal existem mais de 190 mil normas legais. Nas esferas estadual e municipal, são mais de 1 milhão de dispositivos, a maioria desconhecidos pela população, trazendo instabilidade ao sistema legal.

As normas produzidas no país, em sua maioria, não fazem sentido lógico, não respeitam costumes e tampouco princípios básicos de interação, como a igualdade perante a lei. São entulhos legislativos que geram burocracia e conflitos jurídicos, criando um estado permanente de insegurança jurídica.

Nosso Parlamento legisla sobre tudo sem preocupação com as consequências, criando entraves com normas que não coadunam com os tempos modernos. No Brasil, as leis são criadas via decisão política para parlamentares atestarem seus compromissos com certos valores e interesses.

## Presidente do TJ presta contas da sua gestão e recebe propostas da magistratura estadual

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, reuniu juizes de todas as comarcas do Estado e fez um relato das principais ações realizadas nos seis meses de gestão, recebeu propostas e reivindicações da Magistratura estadual e convidou todos a participarem das discussões sobre o orçamento participativo do Judiciário.

Entre as atividades realizadas na área de engenharia, a desembargadora citou a inauguração do Fórum de Buriticupu, em 11 de abril; a retomada das obras do Fórum de Imperatriz; a conclusão do Fórum de Magalhães de Almeida – com previsão de entrega para o mês de julho – e a execução das obras dos fóruns de Barra do Corda, Porto Franco, Balsas, e de mais um Juizado Especial em São Luís.

Informou também sobre o início, continuidade ou conclusão de procedimentos licitatórios para obras de construção dos fóruns de São Bernardo, Paço do Lumiar, Colinas, Matões, Viana, e de reforma dos fóruns de Codó, São Luiz Gonzaga, São Domingos do Maranhão, anunciando também o início de obras novas em Santa Helena e Santa Luzia.

Segundo a desembargadora, o Tribunal de Justiça distribuiu 930 computadores e detectores de metal portáteis para uso em 58 comarcas. Outras medidas estão em estudo na presidência do TJMA com o objetivo de reduzir os custos da máquina judiciária.

**Orçamento** – A presidente disse que está tratando, junto ao governo do Estado, de suplementação orçamentária para cobrir o déficit no orçamento para o custeio das despesas deste ano no valor de R\$47.684.419,00 e para a nomeação de, no mínimo, 40 juizes e 120 servidores, para trabalharem nas comarcas.

Além disso, está pendente de repasse de recursos o pagamento dos percentuais de 21,7% – determinado por decisão judicial aos técnicos e auxiliares – e de 4,3% relativos à reposição anual

dos vencimentos dos servidores em geral.

Cleonice Freire pediu o apoio e a colaboração dos juizes no enfrentamento das dificuldades impostas à administração do Poder Judiciário. “Disse o que foi feito e o que não foi feito e o porquê de não ter sido feito. Demostrei as dificuldades e pedi a colaboração dos juizes, pois pretendo administrar o Judiciário de forma compartilhada, ouvindo as sugestões e contando com a participação de todos”, declarou a desembargadora.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, o saldo da reunião foi positivo. “A presidente explicou à Magistratura todas as dificuldades enfrentadas na gestão e nós solicitamos maior empenho no sentido de atender ou dar uma resposta às solicitações dos juizes. Por parte da Magistratura do 1º grau há todo interesse em colaborar com a gestão”, afirmou.

**JUIZ AGREDIDO POR ADVOGADO** – Na reunião, realizada na última sexta-feira, no Fórum de São Luís, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, manifestou, publicamente, apoio ao juiz Wilson Mendes (6ª Vara Cível de São Luís), desacatado pelo advogado Manoel Carvalho, na última quinta-feira, dia 10 de julho, nas dependências do Fórum Des. Sarney Costa, no bairro do Calhau.

A desembargadora considerou o ocorrido “triste e lamentável”, e pediu aos profissionais do Direito que reflitam, em casos como esse, no sentido de buscar o entendimento para que esse tipo de ocorrência não se repita e haja mais respeito e colaboração no exercício da profissão. Disse ainda que o juiz Wilson Mendes sempre teve um comportamento “calmo e ponderado”, testemunhado pelos colegas, e acredita que ele não teve outra opção, a não ser a atitude que tomou. *(Assessoria de Comunicação da TJMA)*

## Balanço

No encontro de sexta-feira, com juízes de todas as comarcas, a presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, ao fazer um balanço das ações realizadas nos primeiros seis meses de gestão, destacou os investimentos em engenharia, como inauguração do Fórum de Buriticupu, retomada das obras do Fórum de Imperatriz, a conclusão do Fórum de Magalhães de Almeida (com previsão de entrega para este mês) e a execução de obras dos fóruns de Barra do Corda, Porto Franco, Balsas, e de mais um Juizado Especial em São Luís.